



Senado homenageia Diretas Já, luta que completa 30 anos

Mobilização nacional que no período de redemocratização do Brasil levou milhões de pessoas às ruas em comícios por todo o país motiva sessão especial hoje no Plenário

O primeiro grande comício reivindicando eleição direta para presidente, em janeiro de 1984, reuniu 50 mil pessoas em Curitiba. Apenas

três meses depois, já eram 1,5 milhão de manifestantes na Praça da Sé, em São Paulo. Homenagem de hoje, sugerida por Alvaro Dias, começa às 11h. **2**

Rolando Freitas/Exposição Transições - Pinacoteca SP



Na Praça da Sé, em São Paulo, comício exigindo eleição direta para presidente reuniu 1,5 milhão de pessoas em 1984

Fiscalização de repasses pode ficar mais rigorosa

Senado vai discutir problemas do setor elétrico

Montadoras debaterão preço de carro novo

3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reunião de Renan com as comissões foi decidida com os líderes partidários

Presidentes de comissões definem projetos prioritários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se amanhã com os presidentes das comissões da Casa para definir as prioridades de votação em Plenário.

Projeto da nova Lei de Execução Penal deve ser incluído na lista. Proposta que tipifica o crime de terrorismo ainda depende de consenso. **4**

ACONTECEU NO SENADO

Impasse adia análise de veto sobre novos municípios

Sessão do Congresso que analisaria quatro vetos presidenciais foi encerrada após obstrução dos partidos na Câmara.

Risco de derrubada de veto a regras para criação de municípios fez governo apresentar proposta alternativa. **4**

Moreira Mariz/Agência Senado



Da tribuna, Mozarildo (D) defende derrubada do veto ao projeto de autoria dele

Cursos gratuitos ILB:

Uma nova oportunidade para você ampliar seus conhecimentos

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, oferece a você vários cursos gratuitos a distância. Em 2014 serão 46 opções, 19 delas com tutoria.

Matrículas a partir de 18 de fevereiro
www.senado.leg.br/ead



SENADO FEDERAL



Secom | Criação e Marketing

Alfonso Abrahim



Comícios reivindicando eleições diretas para presidente se espelharam pelo Brasil, como o realizado em Porto Alegre

Sessão celebra os 30 anos da campanha Diretas Já

Comício que deu início à mobilização popular em 1984, quando a ditadura completava 20 anos, aconteceu em Curitiba e reuniu 50 mil pessoas. Três meses depois, foram 1,5 milhão de pessoas em São Paulo

TRÊS DÉCADAS DO primeiro grande comício da campanha Diretas Já, que reuniu 50 mil pessoas em Curitiba, em 12 de janeiro de 1984, serão comemoradas hoje pelo Senado com uma sessão especial, às 11h, no Plenário. A homenagem foi proposta por Alvaro Dias (PSDB-PR), que afirma ter sido convocado por Ulysses Guimarães para organizar o comício.

Em 1984, o Brasil estava havia 20 anos sob ditadura militar. Em março do ano anterior,

o deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, apresentou uma proposta de emenda constitucional para restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República, que aconteceriam em dezembro de 1984.

A campanha Diretas Já foi crescendo, até que, em 10 de abril de 1984, 1 milhão de pessoas foram a comício na Candelária, na cidade do Rio de Janeiro. Seis dias depois, 1,5 milhão participaram de comício no Centro de São Paulo.

Apesar do apoio, a emenda à Constituição foi derrotada. Em sessão da Câmara, no dia 25 de abril de 1984, 112 deputados não compareceram e assim faltaram votos para a aprovação.

A tão cobrada eleição direta para presidente só aconteceu em 1989. Foram 22 candidatos. No segundo turno, Fernando Collor de Mello, na época filiado ao PRN, foi eleito com 49,4% dos votos. Bateu o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Senadores comemoram biblioteca no Acre

Dois senadores do Acre, Jorge Viana (PT) e Anibal Diniz (PT), parabenizaram o governo do estado pela inauguração da Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade, em Cruzeiro do Sul. Com acervo inicial de 23 mil exemplares, entre livros, CDs, DVDs e revistas em quadrinhos, a biblioteca oferece ainda o Projeto Comunidade Digital, com 20 computadores, com acesso gratuito à internet.

— Um governo pode melhorar a vida do povo de muitas maneiras, mas a mais duradoura, definitiva e acertada é por meio da educação e do conhecimento — disse Viana.

O conjunto foi edificado no antigo centro, ao lado da



Viana e Anibal elogiaram o governo acreano pela inauguração em Cruzeiro do Sul

catedral. Foram investidos R\$ 7,8 milhões, financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o BNDES.

Anibal disse que o Acre chegou a figurar no 27º lugar do ranking nacional de qualidade de ensino, mas hoje paga salá-

rios acima da média nacional. — Com essa biblioteca pública, o estímulo ao ensino será ainda maior — afirmou.

Segundo Anibal, está em fase de conclusão projeto do governo que busca garantir formação superior para todos os professores da rede pública.

Senado investe R\$ 10 milhões em tecnologia da informação

De acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), o Senado investiu, no final de 2013 e no início deste ano, R\$ 10 milhões na área. Os investimentos visaram ampliar a transparência e modernizar a administração.

Foram gastos R\$ 3,6 milhões com ampliação do

processamento, reduzindo o consumo de energia. Além disso, foi adquirida a atualização de softwares para edição de texto e planilhas, por R\$ 5 milhões.

Os valores podem ser consultados no Portal da Transparência do Senado (www.senado.leg.br/transparencia).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Diretas Já

11h Sessão especial comemora os 30 anos da realização do comício inaugural da campanha pelas eleições diretas para presidente da República. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

CMO Pedido de debate com ministro

14h30 Na pauta da Comissão de Orçamento, relatórios do TCU e convocação de audiência com o ministro das Cidades, Aguiar do Ribeiro, para esclarecer critérios de empenho de emendas parlamentares.

TERÇA

CMA Saneamento básico

8h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa, entre outros, projeto que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

CCT Identificação de chamadas

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia examina proposta para que companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas e analisa autorizações para emissoras de rádio e TV.

CE Saúde nas escolas

10h Na pauta da Comissão de Educação, projeto que trata da obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas públicas de ensino fundamental.

CAE Energia e carros

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que torna obrigatórias redes subterrâneas de energia em cidades com mais de 100 mil habitantes. Às 14h30, debate sobre preço de carros.

CONGRESSO 20 anos do Plano Real

11h Sessão solene, no Plenário do Senado, para comemorar os 20 anos do lançamento do Plano Real.

QUARTA

CJ Usuário de transporte aéreo

7h30 O projeto que trata sobre os direitos do consumidor de serviço de transporte aéreo consta da pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CAS Saque do FGTS

9h Em exame, projeto que visa permitir o saque do FGTS na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência decorrentes de eventos climáticos.

CCJ Plebiscito sobre educação

10h Projeto que determina a realização de plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica consta da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

QUINTA

CRE Compra de caças

10h Audiência pública interativa da Comissão de Relações Exteriores para discutir o Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que trata da aquisição de 36 caças.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Projeto reforça controle sobre repasse de recursos

Órgãos terão dois dias úteis para avisar câmaras de vereadores e assembleias estaduais sobre o recebimento de verbas, segundo o texto que será votado amanhã. Saque na boca do caixa passará a ser proibido

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) vota amanhã projeto de Lobão Filho (PMDB-MA) que reforça a fiscalização dos recursos liberados pela administração pública federal, por meio de convênios, para municípios e estados. Entre outras medidas, o PLS 226/2013 proíbe saque em dinheiro, um problema ainda recorrente, de acordo com o senador.

O texto estabelece que órgãos e entidades da administração federal direta, autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista federais notifiquem câmaras de vereadores, assembleias estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal da liberação de recursos financeiros no prazo de dois dias úteis. Os recursos serão depositados, mantidos e movimentados em contas bancárias específicas para cada um dos termos do acordo, sem permissão para transferência. Só poderá haver pagamentos por meio de cheques administrativos,



Autor da proposta, Lobão Filho explica que saques dificultam a fiscalização

ordens de pagamento ou outro meio que permita acompanhamento. Instituições financeiras serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos aos cofres públicos.

Lobão Filho argumenta que saque em nome de entidade civil de direito público cria obstáculo para o controle dos recursos. O senador explica que fica impossível verificar se os valores foram destinados a fornecedor ou prestador de serviço efetivamente vinculado à finalidade que justificou o repasse.

Mesmo sem alterar nenhum aspecto de conteúdo, o relator

da matéria, Gim (PTB-DF), considerou necessário recomendar a aprovação na forma de um texto substitutivo. Isso porque, no entendimento do senador, o teor abrangente das mudanças justifica a criação de uma nova lei, em substituição à norma legal na qual o autor sugeria a inclusão das mudanças.

A proposta está sendo examinada em decisão terminativa, podendo seguir direto para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário. Como se trata de um substitutivo, será necessária votação suplementar.

Alto preço dos carros feitos no Brasil será tema de novo debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debaterá amanhã os preços de carros novos no Brasil. A pedido de Ana Amélia (PP-RS), a segunda audiência sobre o tema será realizada para ouvir a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que não enviou representante para a primeira, em dezembro.

— O objetivo é ampliar a discussão iniciada e buscar medidas para resolver o problema — disse a senadora.

Foram convidados os representantes da Anfavea, Luiz Moan; das Confederações Nacionais dos Metalúrgicos, João Vicente Cayres, e da Indústria (CNI), Paulo Tigre; da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Flavio Meneghetti; e a jornalista Angela Crespo.



Ana Amélia quer nova oportunidade para montadoras debaterem o tema



Governo enviou proposta malfeita ou leviana, segundo Cristovam

Cristovam critica corte orçamentário em fevereiro

O corte de R\$ 44 bilhões no Orçamento de 2014, anunciado na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi criticado por Cristovam Buarque (PDT-DF). Contingenciar recursos orçamentários já no segundo mês do ano significa, na opinião dele, que o governo enviou uma proposta “malfeita ou leviana”.

— Se isso fosse necessário lá para outubro, a gente poderia dizer que surgiram imprevistos. Mas fomos ludibriados — desabafou.

Apesar de considerar que o fato arranha a credibilidade externa da economia brasileira, Cristovam elogiou a coragem de anunciar um contingenciamento orçamentário em ano eleitoral.

— Espero que eles mantenham [a promessa] e façam isso [o contingenciamento].

Problemas no setor elétrico aumentam custos

Os problemas no setor de energia elétrica devem dominar as discussões do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, que será promovido pelo Senado em março. As quedas de energia continuam a preocupar os brasileiros e esquentaram o debate entre os parlamentares. Os recentes apagões e a seca que afetou o nível dos reservatórios levaram ao acionamento das usinas térmicas — mais caras e poluentes. E o governo já sinalizou que a conta pode pesar no bolso do consumidor.

Estudo dos consultores do Senado Marcio Tancredi e Omar Alves Abbud explica que, embora o Brasil seja um dos países mais privilegiados em fontes de geração de energia elétrica, como a hídrica, a exploração é inadequada, resultando no acionamento das usinas térmicas sempre que o nível dos reservatórios atinge estado crítico. O que se tem visto, porém, é a exceção virar regra e o que era contingência transformar-se em uma solução estrutural desde 2012.

“Essa operação, embora garanta o abastecimento, tem duas consequências indesejáveis: aumenta de forma considerável o preço da energia elétrica e faz crescer significativamente a taxa sistêmica de

emissão de gases geradores de efeito estufa”, alertam.

Conclusões de especialistas apresentadas por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), revelam que não se previa tamanho aumento no preço da energia no mercado livre em dois anos.

Para conter os aumentos na conta de luz, o governo reservou R\$ 9 bilhões no Orçamento da União, mas, segundo os especialistas do setor, seriam necessários de R\$ 18 bilhões a R\$ 22 bilhões. Também foi criada força-tarefa para ampliar a capacidade do sistema.

Críticas

Em discurso no Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Cyro Miranda (PSDB-GO) disseram

que de nada adianta criar uma força-tarefa para resolver o problema agora, se em 12 anos o PT foi “incompetente” para evitar o colapso de energia que resultou em 181 apagões desde 2011.

Na análise de Alvaro, a falta de investimentos no setor e a desqualificação dos quadros técnicos, com a aposentadoria de especialistas sem reposição à altura de sua competência, é o que vem comprometendo o serviço no país.

Rodrigo Rollemberg (DF), líder do PSB, apontou a falta de planejamento do governo e “erros graves” como o pouco aproveitamento dos empreendimentos de geração de energia, sem a necessária conclusão das linhas de transmissão.



Acionamento de usinas termelétricas está se tornando regra, dizem especialistas

Além dos riscos, como as poucas chuvas e o aumento do consumo de energia por causa do calor, o setor ainda enfrenta atraso em obras de usinas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Projetos já autorizados pela Aneel não têm previsão para entrar em operação.

O governo, por sua vez, também apontou o “uso eleitoral” pela oposição de “problemas momentâneos” originados pelo longo período de estiagem. Para Wellington Dias (PT-PI), as recentes interrupções do fornecimento não representam falha estrutural do sistema. O senador acrescentou que a situação atual não pode ser comparada à de 2001, quando houve racionamento.

Delcídio do Amaral (PT-MS) apontou a necessidade de um planejamento energético para novos empreendimentos. O senador explicou que as grandes usinas em construção no Brasil são todas a fio d’água (sem a formação de grandes reservatórios) e não têm regularização e nem acumulação de água. Na época de estiagem, podem comprometer a geração de energia, o que implica o acionamento das usinas termelétricas a gás, a carvão e a óleo diesel.



O setor sucroalcooleiro brasileiro precisa de incentivo, diz Figueiró

Figueiró condena importação de etanol dos Estados Unidos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou a importação de 100 milhões de litros de etanol de milho dos Estados Unidos com incentivos fiscais do governo federal. Com a desoneração do PIS e da Cofins, o produto estrangeiro tem entrado no Brasil com preços bem abaixo do etanol que é produzido no país com cana-de-açúcar.

Figueiró teme que o benefício para o etanol de milho, além de prejudicar o setor sucroalcooleiro do Brasil, consolide um modelo de negócios que colocará em risco as contribuições brasileiras à tecnologia bioenergética.

— O etanol brasileiro poderá ser combustível do futuro, mas para isso temos de desenvolver políticas de fortalecimento do setor.

Prioridades devem ser definidas amanhã

Definição de pauta do Plenário depende de reunião com presidentes de comissões. Projeto que tipifica o crime de terrorismo ainda aguarda texto de consenso

A PRIORIDADE DE novos projetos na pauta do Senado depende de uma reunião que será realizada amanhã entre o presidente da Casa, Renan Calheiros, e os presidentes das comissões permanentes.

Do encontro devem sair as proposições que ainda estão em análise nos colegiados e que devem ter prioridade para a votação em Plenário. Entre elas, o presidente do Senado citou o projeto da nova Lei de Execução Penal, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A única definição para esta semana é sobre a votação, amanhã, de medida provisória sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A MP 626/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fies, tranca a pauta. Segundo o Executivo, o Fies é um dos principais instrumentos do governo para ampliar o acesso à universidade.

A votação do projeto que tipifica o crime de terrorismo (PLS 499/2013) é apontada como prioridade tanto pelo presidente do Senado quanto pelo líder do governo no Congresso, Eduardo Braga. A proposta está na pauta, mas a votação ainda depende de um texto de consenso, que deve ser elaborado

por Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A principal divergência entre os senadores se dá porque o projeto é apontado como um meio de reprimir protestos durante a Copa de 2014, que será realizada no Brasil. Opositores do texto dizem que, como está escrito, o projeto inibe as manifestações de movimentos sociais.

Pauta

Apesar da falta de definição das prioridades para 2014, duas novas proposições foram incluídas na pauta desta semana: o PLC 108/2013, que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, em Sergipe, e o PLC 100/2013, que regula a produção de vinho por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Também continua na pauta a PEC 34/2013, de José Agripino (DEM-RN), que prevê que órgãos públicos só poderão ser instituídos se autorizados em lei complementar, e não mais em lei ordinária, como atualmente. Para ser aprovado, um projeto de lei complementar exige maioria absoluta, e o de lei ordinária, maioria simples. Assim, o texto torna mais difícil a aprovação de projetos que ampliem a estrutura da administração pública federal.

ACONTECEU NO SENADO



Sessão do Congresso, presidida pelo deputado Andre Vargas (C), terminou por falta de quórum

Obstrução adia análise do veto às normas para criação de municípios

Com a possibilidade de derrubada do veto, governo enviou proposta alternativa

O Congresso adiou, por falta de quórum, a votação de quatro vetos presidenciais que ocorreria na terça-feira. Os trabalhos foram encerrados devido à obstrução de todos os partidos na Câmara. Nova sessão foi marcada para 18 de março.

Havia no Congresso a expectativa de que fosse derrubado o veto ao projeto de lei (PLS 98/2002 — Complementar) que estabelece normas para criação, fusão ou desmembramento de municípios no Brasil. O projeto foi aprovado em outubro por 53 dos 81 senadores, e parlamentares da base governista já haviam reiterado o apoio. Para garantir a manutenção do

veto, o governo enviou um esboço de projeto para alguns líderes de partido mantendo as regras mais flexíveis para o Norte e o Centro-Oeste, mas dificultando o desmembramento de municípios nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste. A falta de quórum de senadores revoltou alguns deputados e foi o principal motivo que levou à movimentação pela obstrução.

Questionado sobre a proposta feita pelo governo em contraponto à dele, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do PLS 98/2002, disse que nem sequer a leria.

— Esse projeto [PLS 98/2002] tramitou aqui no Congresso mais de

dez anos. E agora, depois de aprovado, o governo vem propor uma outra lei? — reclamou.

Já o líder do PT, senador Humberto Costa (PE), reconheceu que o esboço do governo sintetiza “um trabalho de convencimento junto aos parlamentares”. De acordo com ele, essa “primeira formulação está sendo apreciada para ver se pode ser o projeto de consenso”. O objetivo, disse, é a manutenção do veto.

Os outros vetos não analisados tratam do repasse de recursos às universidades comunitárias; da travessia de pedestres próximo às escolas; e da regulação da condução de veículos de emergência.

REJEITADAS MUDANÇAS NAS REGRAS DA MAIORIDADE PENAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou, por 11 votos a 8, proposta que permitiria ao Judiciário condenar à prisão menores de 18 e maiores de 16 anos de idade responsáveis por crimes hediondos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estabelecia como competência privativa do Ministério Público especializado

nas áreas de infância e adolescência o oferecimento de denúncia nesses casos, após análise técnica das circunstâncias psicológicas e sociais que envolvem o crime.

A rejeição da PEC 33 acabou trazendo ao debate a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para alguns senadores, o ECA não estaria sendo devidamente cumprido.

SENADO RECONDUZ JORGE BASTOS À DIREÇÃO DA ANTT

O Plenário aprovou a recondução do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, na quarta-feira. Ele recebeu 49 votos favoráveis e 17 contrários à permanência.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) subiu à tribuna para se opor à escolha de Bastos. Para o senador, a indicação foi muito mais política do que baseada no mérito ou no conhecimento de Bastos sobre a área.

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a gestão de quatro anos de Bastos à frente da agência reguladora e afirmou que ele foi indicado por mérito.

PARCELA DE SALÁRIO ACIMA DO TETO SERÁ DEPOSITADA EM JUÍZO

A Mesa do Senado decidiu na quarta-feira que irá cumprir a liminar do Supremo Tribunal Federal depositando em juízo a parcela dos vencimentos além do teto constitucional. O Senado também vai recorrer ao Pleno do STF para tentar obter a reforma da liminar concedida.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou a liminar do ministro do STF Marco Aurélio para que a Câmara e o Senado voltem a pagar salários superiores ao teto (R\$ 29.462,25). De acordo com Renan, o Brasil é um país muito desigual e a regra do teto deve ser respeitada.



O número mínimo de habitantes precisa ser flexibilizado para baixo, diz Humberto Costa

Humberto espera consenso sobre criação de municípios

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse que o mínimo de habitantes exigido para a criação de municípios é a grande questão a ser enfrentada para superar a polêmica no projeto (PLS 98/2002 — Complementar) de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), vetado pela presidente Dilma. Ele acredita que seja possível chegar a um texto de consenso e votá-lo no Senado antes da análise pelo Congresso do veto presidencial, marcada para 18 de março.

— A questão do número de habitantes precisa ser flexibilizada para baixo. Nessas regiões temos baixo adensamento demográfico. Há municípios no Pará, no Amazonas, que são maiores do que alguns estados. Isso torna muito difícil fazer chegar as políticas públicas até esses locais.

O senador afirmou ainda que o maior entrave para a aprovação do projeto é o estudo para avaliar os impactos nas novas regiões e nas que serão afetadas pela mudança.



Para Mozarildo, autor do projeto vetado, texto do governo pode revogar dispositivos

Mozarildo apresenta alternativa para impasse

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou uma proposta para o impasse criado pelo veto da presidente Dilma Rousseff ao PLS 98/2002 — Complementar, que define regras para criação de municípios.

— O melhor acordo a ser feito é derrubarmos o veto e logo depois aprovarmos o novo projeto do Executivo, que, em caso de divergências, poderia revogar alguns dispositivos do projeto anterior — propôs.

A sessão do Congresso destinada à análise do assunto no dia 19 terminou com obstrução dos deputados. De acordo com Mozarildo, houve uma manobra do governo para que não fosse possível a votação:

— Na sessão do Senado havia 57 senadores. Logo em seguida, na sessão do Congresso, não restaram nem 20. Isso é lamentável, apegue na o Legislativo e o torna um apêndice do Executivo. Não pode haver este monopólio do Executivo na hora de legislar — afirmou.